



## O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR PARA A CRIANÇA AUTISTA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL

Antonia Karina do Nascimento Gomes <sup>1</sup>  
Débora Cristina Vasconcelos Aguiar <sup>2</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central refletir sobre o papel do Profissional de Apoio Escolar (PAE) no processo educativo da criança autista. Do ponto de vista metodológico, este estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, e se fundamentou em pesquisas bibliográficas e documental sobre a Educação Inclusiva e a atuação dos profissionais da educação no contexto escolar. A pesquisa de campo foi conduzida em duas instituições de ensino da rede municipal de Nova Russas/CE, sendo uma de Educação Infantil e outra contemplando os anos iniciais do Ensino Fundamental. Como técnicas de coleta de dados, foram realizadas observações e entrevistas com 4 professoras da Educação Infantil, 4 professoras do Ensino Fundamental, 8 PAEs e 8 mães das crianças observadas. Os dados coletados foram analisados e comparados com a literatura especializada e os documentos legais que amparam a Educação Inclusiva Especial. Como resultados, destacam-se: a romantização do transtorno e o conseqüente menosprezo do potencial das crianças autistas; além das demandas educacionais das PAEs em sala, que não condiziam com a falta de uma formação pedagógica. Portanto, faz-se necessário refletir sobre o desenvolvimento e valorização desse profissional, por meio do reconhecimento e da regulamentação trabalhista, além de uma formação que habilite sua atuação frente ao auxílio à criança autista.

**Palavras-chave:** Profissional de Apoio Escolar, Criança autista, Inclusão Educacional.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste numa reflexão sobre a atuação do Profissional de Apoio Escolar (PAE) com a criança autista na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2013, foi acrescentado mais um parágrafo ao artigo 59º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando a presença de um cuidador na escola, quando necessário, para atender ao educando portador de necessidades especiais<sup>3</sup>. Ele tem por objetivo auxiliar no processo de inclusão dessa criança e suas atividades estão voltadas para o cuidado pessoal, como a higiene e a locomoção, mas também, se necessário, nas atividades escolares. A introdução desse novo profissional ainda é

---

<sup>1</sup>Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, akariinagomes@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga, mestra e doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, debora.aguiar@uece.br.

<sup>3</sup> Terminologia em desuso citada no documento.



algo recente e mal delineado no cotidiano escolar, havendo controvérsias sobre as atribuições do cargo. Isso tem gerado discussões e contradições na escola acerca de sua atuação, se ele deve atuar no cuidado pessoal ou nas atividades pedagógicas, ou ambas, bem como qual o seu grau de responsabilidade pelo processo educativo da criança.

A atuação do PAE ainda não é regulamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assim, não há a requisição de uma formação específica para a sua atuação e, como não há uma legislação que ampare essa categoria de profissionais, suas funções passam a ser interpretadas de maneiras diversas. Essa indefinição afeta diretamente a criança que vai ser assistida pelo profissional, pois as atividades realizadas em sala referência ou sala de aula para criança autista possibilitaram a efetivação da inclusão escolar.

Deste modo, a pesquisa tem o objetivo central refletir sobre o papel do Profissional de Apoio Escolar (PAE) no processo educativo da criança autista. Para alcançar este objetivo, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática e uma pesquisa de campo, realizada em setembro de 2022, em duas escolas da rede pública da cidade de Nova Russas – Ceará, por meio de uma entrevista semiestruturada e a observação em sala de aula. O trabalho contou com a participação de 8 professoras, 8 Profissionais de Apoio Escolar, 8 membros familiares e observações com 8 crianças autistas de níveis distintos de suporte.

O percurso teórico-metodológico adotado para a construção deste estudo serão explicitados nas seções a seguir.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa possui abordagem qualitativa, visto que essa possibilita uma compreensão aprofundada da temática em estudo, isto é, da função do Profissional de Apoio Escolar e seu impacto na rotina escolar do aluno autista na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nessa perspectiva, foi conduzida uma pesquisa de campo em duas escolas da rede pública de ensino regular, na Educação Infantil, com turmas do Infantil II, III e IV, e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com turmas de 1º e 2º ano. Essas instituições de ensino ficam localizadas na zona urbana de Nova Russas, interior do Ceará.

A pesquisa contou com a participação de 32 pessoas, tendo como participantes centrais da pesquisa as Profissionais de Apoio Escolar. Na Educação Infantil participaram quatro PAEs, quatro professoras e quatro responsáveis pelas quatro crianças. Assim como nos anos iniciais, participaram quatro PAE, quatro professoras e quatro responsáveis pelas quatro crianças.



Como técnicas de produção de dados, foram utilizadas a observação que teve duração de 4 dias para a Educação Infantil e 4 dias para o Ensino Fundamental, onde cada dia durou quatro horas/aulas. Os participantes contribuíram para uma entrevistas semiestruturadas, que durou 15 dias e entre os participantes estavam as PAEs, professoras e mães de crianças autistas. Ressaltando que todos participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre, logo, estava ciente sobre o objetivo da pesquisa.

Durante o percurso da pesquisa, entre entrevistas e as observações na rotina escolar, notou-se em primeiro momento que todos os envolvidos se mostraram bastante interessados em participar. Entretanto, na participação familiar houve alguns desafios, principalmente na comunicação. Assim, foram utilizados meios de comunicação instantânea, como o WhatsApp.

Como método para análise dos dados provenientes das entrevistas, foi selecionada a Análise de Conteúdo, a qual consiste em

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Como técnica de Análise de Conteúdo, foi selecionada a Análise Temática, em virtude de sua compreensão de aspectos qualitativos. Dessa forma, as entrevistas foram transcritas, relidas e selecionadas os principais temas em destaque durante as entrevistas.

A observação em sala de aula também foi fundamental ao estudo, possibilitando relacionar as informações observadas no cotidiano da escola com as falas dos participantes e com o referencial teórico e documental estudado.

## **A CRIANÇA AUTISTA**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo o Manual Estatístico e Diagnósticos de Transtornos Mentais-DSM VI, é um transtorno do neurodesenvolvimento, que não se caracteriza por apresentar alterações físicas previsíveis, ou seja, ninguém tem "cara" de autista. As manifestações do transtorno são diferentes em cada criança, e por isso, quando diagnosticadas, é possível identificar os níveis de suporte da criança.

Segundo Tamanaha, Perissionoto e Chiari (2008, p. 01), o TEA apresentaria as seguintes características:



[...] perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino.

Neste seguimento, algumas crianças podem apresentar dificuldade na linguagem, ecolalias ou atraso na aquisição da linguagem, dificuldades em estabelecer interações sociais etc. Esses déficits são causados devido ao TEA, porém, cada criança apresenta características diferentes umas das outras, de modo que o autismo não apresenta apenas uma única manifestação. Algumas crianças podem apresentar diversas manifestações não específicas como fobias, distúrbios do sono, restrições alimentares, autoagressividade, dificuldades no desenvolvimento motor e psiconeurológico que dificultam a cognição, a linguagem e os aspectos sociais (PINTO *et al.*, 2016)

Também são comuns as estereotipias gestuais e elas se manifestam independentemente do ambiente em que a criança esteja, além de comportamentos sensoriais, motores ou verbais, como sons aleatórios, palavras repetidas, movimentos com a cabeça acompanhados com giros e outras expressões próprias repetitivas e restritas. Isso ocorre devido aos sinais que o cérebro envia ao corpo, o que está fora do controle da criança. Dependendo do nível, algumas crianças podem ter comportamentos acompanhados de agressividade, irritabilidade ou desconforto, se retirados do seu local de costume.

Com a confirmação do diagnóstico, os pais ou responsáveis necessitam de redes de apoio e o sistema educacional é visto e tratado como sendo um fator relevante para o auxílio do desenvolvimento da criança atípica.

Ademais, é importante compreender como a criança autista é vista na sociedade e na escola, pois o trajeto histórico da criança com transtorno ou qualquer deficiência foi ainda mais doloroso, pautado na discriminação e exclusão social e, principalmente, escolar. Em contrapartida, o sistema educacional tenta estratégias para amenizar as consequências desse olhar e cuidado marginalizados que essas crianças sofreram.

Em virtude disso, atualmente há várias legislações que amparam integralmente a criança autista, todavia, infelizmente nem sempre elas são aplicadas de maneira eficiente. Devido a isso, ainda é necessário mais discussões e formações sobre a temática, a fim de que os meios educacionais ofereçam uma educação especializada, partindo da compreensão da criança para além do seu diagnóstico, de modo que o seu direito à educação e à inclusão seja respeitado.

Conforme assegurado pela Constituição Federal Brasileira (1988), a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando a preparar o indivíduo para o exercício da



cidadania e para o trabalho. Na perspectiva da garantia de direitos das crianças com TEA ao acesso e permanência na escola, observamos significativos avanços jurídicos e legais. Logo, o sistema educacional insere como uma das estratégias para o Ensino Inclusivo o PAE, mais conhecido por cuidador escolar ou monitor de inclusão.

## **O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR**

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (LBI, Lei nº13.146/2015), em artigo 3º e inciso XIII define

[...] profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessárias, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, s/p).

Assim, compreende-se que esse profissional vai ajudar a criança em cuidados pessoais, de acordo com a necessidade do aluno, e, se caso precisar, ajudar nas atividades escolares. É de relevância discutir como vai ser essa ajuda, pois como estabelecido na Lei nº 13.146/2015, não há exigência sobre sua formação. Importa ressaltar que esse profissional deve atender apenas a criança que tem a necessidade desse apoio, não sendo visto como auxiliar de professor ou mediador de aprendizagem.

Durante todo o trajeto das leis na perspectiva inclusiva existem várias definições e termos sobre a necessidade de apoio e cuidado para a criança na escola. Então, além da equipe de multiprofissionais de que precisa a criança autista, o PAE entra com mais um auxílio na convivência estudantil.

Lima (2018) aponta para a falta de um esclarecimento maior do trabalho e para a falta de regulamentação da profissão, corroborando para que haja um despreparo e critérios duvidosos de seleção. Isso faz com que o serviço prestado não assuma a sua real função, de auxiliar a criança autista na sua inclusão social e educativa. Nas palavras de Lima (2018, p. 128):

[...] todavia, a ausência de orientações precisas para a concepção formativa com base nos pressupostos pedagógicos, a categoria dos cuidadores escolares não se apropria dos saberes necessários para superar as suas limitações no tocante ao trabalho educativo, sem os quais não avançam rumo a uma prestação de serviço de qualidade social.

Infelizmente, o papel do PAE se mostra como uma incógnita quando se trata de ajudar a criança nas atividades escolares, quando ele não necessita de uma formação técnica. Dessa forma, é problemática a inclusão educacional da criança autista por meio desse profissional, que, embora não tenha formação adequada, é demandado a exercer função pedagógica. Assim, ressalta a necessidade de amplas discussões sobre a profissionalização desse apoio na escola, bem como a disponibilização ou requisição de uma formação adequada para o exercício da função.

Nessa perspectiva, a observação em campo possibilitou conhecer a compreensão que estes profissionais têm sobre sua participação na escola, bem como as atividades que exercem e o conhecimento acerca das crianças que eles acompanham. Além disso, é analisado o contexto que está inserido esse PAE e como é a visão dos professores e da família para com esse apoio escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao ser realizada a pesquisa de campo, foi possível questionar sobre as atividades que os PAEs exercem e refletir sobre a importância do profissional no desenvolvimento da criança autista.

Como já citado, o trabalho contou com a participação de profissionais da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mães e observações das crianças. Desse modo, para um melhor entendimento os participantes citados seguiram sua identificação por meio das siglas, como mostrado nos quadros a seguir:

**Quadro 01: Dados dos participantes da Educação Infantil**

Participante	Sexo	Idade	Tempo de atuação
Profissional de Apoio Escolar			
PAE1EI	Feminino	19	1 ano
PAE2EI	Feminino	21	1 ano
PAE3EI	Feminino	28	7 meses
PAE4EI	Feminino	37	2 anos
Professor(a)			
P1EI	Feminino	67	42 anos
P2EI	Feminino	39	anos
P3EI	Feminino	32	3 anos
P4EI	Feminino	29	6 anos
Mães			Idade do filho (a)
MÃE1	Feminino	33	2 anos

MÃE2	Feminino	35	2 anos
MÃE3	Feminino	35	3 anos
MÃE4	Feminino	42	4 anos

Fonte: acervo pessoal, setembro, 2022.

### Quadro 02: Participantes da pesquisa do Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Participante	Sexo	Idade	Tempo de atuação
Profissional de Apoio Escolar			
PAE1EF	Feminino	20	6 meses
PAE2EF	Feminino	21	1 ano 3 meses
PAE3EF	Feminino	43	11 meses
PAEF4EF	Feminino	49	10 meses
<i>Professor (a)</i>			
P1EF	Feminino	47	18 anos
P2EF	Feminino	59	32 anos
P3EF	Feminino	39	9 anos
P4EF	Feminino	35	7anos
Mães			Idade do filho (a)
MÃE1	Feminino	29	8 anos
MÃE2	Feminino		31 8 anos
MÃE3	Feminino		23 6 anos
MÃE4	Feminino		28 7 anos

Fonte: acervo pessoal, setembro, 2022.

Durante a pesquisa de campo, os profissionais da Educação Infantil demonstraram o desconhecimento das características do autismo e o uso de palavras no diminutivo ou mesmo eufemismos para se referir à criança autista, o que também pode estar relacionado ao fato de essas crianças estarem na Educação Infantil. Esse fato pode ser observado nas falas das PAEs da Educação Infantil II, III e IV, quando perguntadas sobre as características da criança acompanhada e qual era a sua especificidade:

PAE1EI: “Ele é muito **agitado**, **mas** é bem **carinhoso** e tem o **jeitinho dele**.”

PAE2EI: “Ele é muito **danado**, **mas** quando a gente fala ele entende, ele é **especial**, **mas** é muito inteligente.”

PAE3EI: “Ele é muito na dele, **carinhoso**, ama ônibus e bem interessado, eu acho que é autismo o que ele tem”

PAE4EI: “Ele é uma criança muito especial, **que mesmo com jeitinho dele**, faz as **tarefinhas** e uma vez a mãe dele falou que ele tinha autismo ou hiperatividade, vou perguntar ela novamente.”



Essas falas sinalizam a falta de conhecimento do diagnóstico da criança por parte das PAEs, ao afirmar “eu acho que é autismo” e “a mãe dele falou [...] vou perguntar novamente”. Esse desconhecimento do diagnóstico da criança e de suas características corrobora para um olhar romantizado da criança com TEA ou para uma percepção dela como inferior às outras crianças, sendo suas potencialidades de desenvolvimento subestimadas. Nas falas das PAEs foi corrente o uso de conjunções adversativas ou expressões que sinalizam oposição como “mesmo com o jeitinho dele”, o que também denota esse enfoque na sua suposta limitação e a ideia de que a sua capacidade se mostra apesar de sua condição.

Assim, faz-se necessária uma problematização da educação da criança com deficiência ou transtorno global de desenvolvimento e as possibilidades de seu desenvolvimento como responsabilidade da sociedade (VIGOTSKI, 1997 apud DAINÉZ; SMOLKA, 2014), que, durante um longo período da história negou, seu reconhecimento humano, social, educacional e cultural.

As PAEs dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e duas da EI já sabiam a especificidade da criança acompanhada e algumas características apresentadas por elas, principalmente as PAE1EF e PAE2EF, as quais são discentes de Pedagogia e mostram ter vontade de aprender e continuar trabalhando na área da Educação, mas, ainda se sentem inseguras para falar sobre algumas características apresentadas do autismo. Elas relatam que,

PAE1EF: *“Devido a criança ter o transtorno, entendi que o jeito dele de aprender é diferente e que algumas vezes, por ele também ter hiperatividade mostra-se agitado”*  
 PAE2EF: *“Por ele ser autista, tem as características, **mas** ele é **muito carinhoso**.”*

Os relatos das profissionais se diferem dos da EI, visto que as PAEs conhecem mais sobre as crianças que estão acompanhando, mas, ainda se destaca, as relações de oposição “é autista, mas é muito carinhoso”.

Ademais, no momento, ao serem questionadas qual o papel do Profissional de Apoio Escolar, as PAEs da EI citam:

PAE1EI: *“O cuidador atua como um apoio, além de acompanhar o desenvolvimento da criança, como por exemplo, ajudar a professora a estimular o aprendizado, envolve também muito **cuidado** e atenção.”*  
 PAE3EI: *“**Cuidar** muito bem, como da comida, banhar e auxiliar nas atividades que a tia passa. Sempre fico com atenção nele para fazer as **tarefinhas**.”*  
 PAE4EI: *“A função da cuidadora é **cuidar** da criança em tudo que ela precisa, ajudo muito a professora nas atividades e acho que isso ajuda no desenvolvimento dela”*

Essa resposta da PAE4EI, é muito similar a resposta da PAE1EI devido as duas estarem



no mesmo local onde foi feita a entrevista, e assim, pode ter sido influenciado na resposta. Em relação à compreensão sobre a sua função, a expressão que mais se repete nos relatos das PAEs é a ideia de cuidado, o que pode estar relacionado ao nome pelo qual elas são popularmente designadas: “cuidadoras”, bem como a própria ideia da EI, como espaço de cuidado. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, v. 01), o cuidado envolve questões afetivas e biológicas, como alimentação, higiene e saúde da criança, sendo o seu exercício intimamente ligado com a proposta da EI.

Ademais, ao serem perguntadas sobre como compreendiam o seu papel na inclusão de crianças autistas na escola regular, destacam-se as falas:

*PAE2EI: “É muito importante a gente nessa hora, porque ajuda ele **brincar** com as outras crianças e querendo ou não ele participa mais. Às vezes ele nem quer, mas insisto e ele vai.”*

*PAE3EI: “Na minha opinião era para sempre ter tido cuidadora, ia ajudar muito as crianças que têm dificuldade, por isso, acho muito importante o trabalho que a gente faz de cuidar bem da criança e ajudar ela **brincar** com os coleguinhas.”*

Nos relatos das PAEs, nota-se com frequência a interação com as outras crianças por meio do brincar, onde as brincadeiras se fazem indispensáveis na efetivação da inclusão da criança. As próprias PAEs enfatizam a brincadeira como estratégia para a inclusão e para o desenvolvimento da criança atípica.

Assim, como menciona Vygotsky (1991), por meio da brincadeira livre ou dirigida, as crianças criam suas regras quando brincam, assumem comportamentos ou papéis sociais como no jogo de faz de conta em que interpretam mãe e filha, o que lhes possibilita o reconhecimento e a invenção de sua realidade. Também é por meio brincadeira que ocorre o seu desenvolvimento cognitivo, passando pelo processo de simbolização e de representação, favorecendo o desenvolvimento do pensamento abstrato.

O recurso da brincadeira como possibilitador de aprendizagem e desenvolvimento deve se fazer presente em todas as etapas de ensino, sendo ainda mais evidente sua necessidade no contexto da Educação Infantil, composto por crianças pequenas e bem pequenas, que estão desenvolvendo sua psicomotricidade, inteligência e afetividade. Nessa perspectiva, a contribuição das PAEs se faz de grande relevância para a interação das crianças autistas com as demais, bem como para o seu desenvolvimento. Ao promover essa interação, as PAEs também saem da dimensão do cuidado, passando a mediar as interações entre as crianças, trabalho esse que seria enriquecido com uma formação pedagógica que possibilite aliar cuidar e educar, conforme a proposta da Educação Infantil.



Já as PAEs dos anos iniciais do EF, quando questionadas sobre o papel do Profissional de Apoio Escolar que responderam:

*PAE1EF: “Tem função desde a sala de aula, com as atividades, educar, ir ao banheiro, mas a criança que acompanho, ela é bem independente e quase não precisa de ajuda, até porque ela sabe ler e escrever.”*

*PAE4EF: “Eu acho que é o papel do cuidador, ele é fundamental no processo de inclusão do estudante que tem o transtorno, e tem o papel de auxiliar nas atividades, alimentação, higiene e sempre com muito cuidado”*

Na fala da PAE1EF, infere-se que essa compreende que o seu papel está voltado tanto para o cuidado quanto para o aspecto pedagógico. Correlacionando com a observação em sala de aula, a criança que ela acompanha é bastante participativa e independente com relação a sua higiene, alimentação e socialização, interagindo com a professora, com alguns colegas e já é alfabetizada, sendo, inclusive, necessária a reavaliação se essa criança realmente tem a necessidade desse apoio. Desse modo, como a PAE1EF não auxilia a criança, a profissional é o apoio da professora em repassar a tarefa no quadro, explicar às crianças como a atividade deve ser feita e, em uma conversa informal durante o intervalo, ela relata que, quando a professora falta, é ela a substituta, assim, tornando uma auxiliar de sala.

Diante das falas, é compreendido que os profissionais enfatizam o auxílio e o acompanhamento das atividades escolares, o que está relacionado ao fator etário das crianças do EF e sua provável autonomia, exceto em casos de transtorno grave, requerendo que a profissional também atue na função do cuidar. Então nesses casos, a função da PAE indica ser mais educativa, o que nos leva a questionar a ausência de formação desses profissionais que atuam na mediação do processo pedagógico.

Martins (2011), menciona a importância de contextualizar em documentos normativos e esclarecer por meio legais, como municipais e estaduais, as reais funções e a exigência de um perfil profissional. Além disso, importa ressaltar uma das problemáticas atuais do ingresso desse novo profissional em cidades do interior, a saber, a forma de ingresso na instituição de ensino, sendo comumente utilizado como critério a simples indicação política ou conchavos políticos com fins eleitoreiros.

Dentre as oito PAEs entrevistadas, apenas duas mencionaram ter passado por um processo seletivo, ou seja, não existiu um critério rigoroso para a contratação da maioria dessas profissionais, o que é preocupante, pois a criança com TEA já encontra barreiras no processo educacional, então, não havendo um critério da formação do profissional na área educacional, fica difícil uma boa atuação frente às necessidades da criança. Segundo Lima (2018),



Esta perspectiva sugere mudanças na estrutura educacional na atualidade, indicando a necessidade da construção de políticas de formação, financiamento e gestão. A formação profissional é indicada como um dos eixos necessários de investimento, tornando-se um dos fatores determinantes para a perenidade das práticas inclusivas no sistema educacional. (LIMA, 2018, p. 167).

Com base nessa compreensão, analisando o contexto de atuação das PAEs no Ensino Fundamental, em que o educar prevalece sobre o cuidar, também se evidencia a necessidade de uma formação pedagógica para essas profissionais, a fim de que elas possam contribuir efetivamente para a aprendizagem e a inclusão de crianças com TEA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante o trabalho realizado, faz-se necessário discutir a temática sobre a romantização do transtorno, onde se menospreza as potencialidades e as habilidades das crianças autistas, as quais, por vezes são vistas muito mais pelo seu diagnóstico do que pelas suas características enquanto sujeitos.

Outro fator primordial diante dos dados coletados, é a urgência para a formação desses profissionais que interagem diretamente com as crianças, considerando que as demandas educacionais acolhidas e dirigidas a essas profissionais em sala precisam estar atreladas a uma formação pedagógica.

As questões de qualificação profissional carecem de atenção, pois a atuação do PAE por vezes se configura como um trabalho que demanda uma intencionalidade pedagógica e um conhecimento do processo de ensino, para além da dimensão do cuidado. Portanto, o ingresso desse profissional na instituição de ensino deveria ser mais criterioso, demandando formação docente inicial e continuada, a fim de que ele tenha mais condições de contribuir para a efetivação do processo de inclusão.

Em suma, o sistema educacional necessita incluir o sujeito a partir de uma perspectiva justa e verdadeira, entendida como direito essencial para o sujeito autista, em virtude de um caminho árduo percorrido e que ainda requer uma atenção e vigilância para a garantia desse direito. Logo, surge a necessidade que seja oferecida aos profissionais que irão auxiliar no processo de inclusão a valorização e a regulamentação dos seus direitos e deveres, além da defesa do seu trabalho com a oferta de formação qualificada para os PAEs.

## **REFERÊNCIAS**



ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAUJO, Denize Arouca; LIMA, Elenice Dias Ribeiro de Paula. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. **Educação em Revista**, v. 27, p. 281-303, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** nº 13.146, de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 12 out. 2022.

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1093-1108, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022014071545>. Acesso em: 12 out. 2022.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. (Re)Significando a Avaliação no Ensino de História. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**, São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem** (Online), v. 37, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>. Acesso em: 12 out. 2022.

TAMANAHARA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia** [online], v. 13, n. 3, p. 296-299, 2008. ISSN 1982-0232. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-80342008000300015>. Acesso em: 12 out. 2022.